

BRASIL E O ESTADO DO PARANÁ: O DESEQUILÍBRIO DO CRESCIMENTO ECONÔMICO NO FINAL DA DÉCADA, CENÁRIOS E PERSPECTIVAS

PAULO CRUZ CORREIA

Graduado em Economia e Administração pela Universidade Estadual do Paraná, Especialista em Economia de Empresas, Mestre em Economia Industrial pela UFSC, Doutor em Desenvolvimento Econômico pela UFRGS/Porto Alegre/RS, professor da UNESPAR/Apucarana/PR.
E-mail: correiapc@yahoo.com.br

MISAEEL VICTOR NICOLUCI

Administrador, Mestre em Administração pela UNIMEP Universidade Metodista de Piracicaba, Especialização em marketing pela PUC/SP, Consultor Empresarial, Pós-Graduado em Gestão Industrial, Graduação em Administração, Economia, Contábeis e Pedagogia, Professor Universitário
E-mail: misaelvn@gmail.com.br

HÉLIO OLIVA DO AMARAL SANTADE

Mestre em Administração pela UNIMEP, especialização em Controladoria pelo IPEP - FACEMC. Graduação em Economia pela UNIMAR, experiência em Administração Empresarial- Gerente de Custos e Vendas. Professor na Faculdade Municipal Professor Franco Montoro, - Mogi Guaçu-SP e Coordenador do Curso de Administração.
E-mail: helio.santade@gmail.com

PAULO SERGIO SILVA DE GODOY

Economista graduado com especialização pela UNESPAR/Apucarana/PR
E-mail: correiapc@yahoo.com.br

Resumo

Este trabalho apresenta a economia brasileira com maior destaque ao Paraná após a crise de 2008, envolvendo os impactos da crise no processo de crescimento e decréscimo do estado do Paraná. A metodologia segue a compilação e a catalogação de dados secundários por meio de pesquisa bibliográfica recente, em materiais publicados, por meio de entidades econômicas de diversos setores que compõem a economia paranaense. A crise atual no Paraná, fez diminuir o poder de compra dos consumidores, gerando estoques nas firmas, por exemplo, setor automotivo paranaense.

Palavras-chave: Brasil, Paraná, Crise e Desenvolvimento.

Abstract: This work presents the Brazilian economy with greater emphasis on Paraná after the crisis of 2008, involving the impact of the crisis in the process of growth and decline of the State of Paraná. The methodology follows the compilation and cataloguing of secondary data by means of bibliographical research, published materials, by means of economic entities of different sectors that make up the Paraná economy. The current crisis in the State of Paraná, did reduce the purchasing power of consumers, generating stocks in firms, for example, the automotive industry of Paraná.

Key-words: Brazil, Paraná, Crisis and Development.

INTRODUÇÃO

A crise norte americana de 2008, acarretou consigo mediante o cenário do mercado mundial, a distribuição de lacunas, depressões, que demandavam a mobilização econômica dos países capitalistas para o combate a retração econômica reproduzido na globalização. A queda no fluxo de transações entre os países, levaram a retração dos preços das commodities como o petróleo, investimentos futuros, bolsa de valores, etc. O principal ponto seria manter o crescimento e minimizar efeitos, mediante a intervenção de um órgão regulador, no caso o estado, com políticas econômicas eficazes que assegurassem o consumo e produto nacional, passando a depender menos do mercado internacional, minimizando assim consideravelmente os impactos da crise (WORLDBANK, 2017).

Este estudo se faz relevante mediante o comportamento dos últimos anos do desempenho em relação ao crescimento brasileiro, que ao longo do período vem deparando-se com barreiras que dificultaram o crescimento e desenvolvimento do país. Segundo dados do Banco Mundial, em 2008 o crescimento, variação de produto da economia brasileira era de 5.1%, já em 2016 a variação de crescimento foi de (-3,6%). Seguido juntamente com o acréscimo do índice de preços ao consumidor amplo (IPCA) denominada inflação, dados segundo Banco Central (BACEN), quando em 2015 obteve seu maior ápice da última década, cerca de 10,67% ao ano, sendo superior à meta de 6,5% ao ano, (BACEN, 2016, 2017).

Considerando um estudo de causalidade, o esforço aqui empenhado como objetivo geral, busca auferir os efeitos da atual crise sobre a conjuntura brasileira e paranaense considerando as

experimentações no decorrer da história para o pós 2008.

A primeira parte do trabalho, de cunho teórico, mostra os principais conceitos referentes ao crescimento e desenvolvimento para Keynes e Schumpeter. A segunda parte está dividida em duas seções, na primeira, faz-se uma análise das questões referentes à crise para o Brasil, com impactos advindos da crise do exterior. A segunda seção, envolve o comércio exterior. A terceira parte do trabalho, está na seção três, apresentada por meio da catalogação de informações estatísticas em análises gráficas, avança-se no estudo do andamento da crise, tratando a referida problemática a partir das transformações recentes ocorridas nos últimos anos no Paraná.

1 – O FOCO TEÓRICO SEGUNDO KEYNES

Keynes mostrou em sua teoria a importância da intervenção do estado e seu papel regulador nas economias, essa intervenção através de suas políticas e ações de manutenção do emprego e análises de pleno emprego, dos gastos do governo e seu papel na manutenção da economia. A década de 1930 trouxe recessão profunda, desemprego involuntário persistente e explicou a incapacidade de auto ajuste das economias capitalistas. Foi um período em que o colapso econômico e social trazia o “risco” de colapso político; e, os setores conservadores temiam as ideias de planificação da produção, contra a economia de mercado (KEYNES, 1992).

A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda (Teoria Geral) foi publicada nesse contexto e veio de Cambridge, um meio em que Marshall e seus discípulos buscavam teorias cujas conclusões eram otimistas em relação às

forças persistentes do mercado. Ainda que admitissem imperfeições e falhas nos mecanismos de mercado, que justificariam intervenções do Estado, havia forte crença na tendência dos desequilíbrios se ajustarem automaticamente. Foi nesse ambiente, cultivado em Cambridge, onde Keynes publicou sua obra e o termo “revolução” (KEYNES, 1992).

A Teoria Geral, em oposição às ideias anteriores, conclui, basicamente, que a economia pode sofrer com insuficiência de demanda, rígida oferta no mercado de trabalho, o que implica em desemprego involuntário; diante de tais situações de baixa demanda e desemprego persistente, Keynes argumentava que não há motivos teóricos, nem indícios na realidade, para crer que a economia seja, por si só, auto ajustável.

Segundo Keynes (1992), a ênfase no termo “geral” se justifica por ser uma teoria que se aplica não só ao caso especial do pleno emprego, como ocorria na abordagem ortodoxa, mas, aos casos que se coadunam com a realidade observada nas economias capitalistas.

Keynes (1992), faz oposição aos clássicos, que diziam que a oferta criava sua própria demanda (lei de Say), que o desemprego era esporádico, ou seja, que ao sabor do mercado, logo as pessoas desempregadas iriam ter seus empregos de volta, mas isso não acontecia, porque na época o desemprego na Inglaterra, por exemplo, alcançava altas taxas. Keynes (1992), diz que não é a oferta que cria a demanda, e sim a demanda que cria a oferta. Ele parte do princípio de que a demanda efetiva é o fator que determina o nível de produção, essa demanda efetiva não é apenas a demanda efetivamente realizada, mas ainda o que se espera que seja gasto em consumo das famílias, mais

o que se espera que seja gasto em investimento pelas empresas. O Princípio de que o desemprego pode ser eliminado através de obras públicas, parte do multiplicador Keynesiano, esse ciclo se inicia com a criação de obras públicas pelo Estado, contratando pessoas para trabalharem, o que vai gerar salário para elas. Esse salário será revertido em consumo de bens. Assim, a economia fica aquecida e o desemprego praticamente não existe.

Keynes (1992), defendia a intervenção do governo na economia, quando ela se encontrasse na condição de nível elevado de desemprego involuntário; e, de insuficiência crônica de demanda efetiva, como forma de retomar uma nova etapa de crescimento, reaquecendo uma economia estagnada ou em recessão; o que não poderia acontecer como preconizado pela teoria neoclássica, através dos mecanismos auto reguladores do mercado. A teoria neoclássica é adequada para a verificação presente do andamento do mercado, mas não suficiente na promoção do crescimento e do desenvolvimento econômico (KEYNES, 1992).

1.1 A Teoria Econômica em Schumpeter

Em relação ao processo de inovação, Schumpeter (1985), declara que tal processo era o responsável por períodos prósperos na economia, e para que o desenvolvimento econômico surgisse deveria haver mudanças na vida econômica. Com este pensamento ele contrapõe ao da teoria tradicional, que compreende que, dentro do fluxo circular as rendas e os insumos de produção, só podem sofrer alterações na composição da combinação dos insumos que existem,

e também a redistribuição de renda, em um processo contínuo ao longo do tempo.

Schumpeter (1985), destaca que essa teoria tradicional, em que predomina o fluxo circular, apesar de sofrer essas alterações citadas anteriormente, ainda é incompatível com o desenvolvimento econômico, pois essas transformações acontecem dentro de um limite; e, as modificações da vida econômica acontecem de tal forma que conseguem alterar esse limite.

O desenvolvimento analisado em Schumpeter (1985), é um fenômeno diferente e anormal ao observado no fluxo circular, ou na tendência para o equilíbrio. Ele deriva de novas combinações de insumo, ou de novas formas de se fazer o produto. O desenvolvimento econômico, portanto se constitui dessas novas combinações, de forma intermitente e perturbadora, de tal modo que faça com que se rompa o fluxo circular, rompendo então com a regra geral de economia estática de equilíbrio. Essas combinações inovadoras podem se configurar nos seguintes casos:

I) introdução de um novo bem, **II)** introdução de um novo método de produção, **III)** abertura de um novo mercado, **IV)** conquista de uma nova fonte de matérias-primas, ou de bens semi-manufaturados, **V)** estabelecer um novo modo de organização de qualquer indústria (SCHUMPETER, 1985, p. 48-49).

Estas são as formas do empreendedor inovar em sua empresa, em relação aos meios de produção, e caso este não os possua precisará de crédito, que é um fator importante do processo de desenvolvimento da economia. O crédito considerado por Schumpeter (1997), representa o poder de compra do empresário, que destina-se

a ser empregado ao processo de produção de um novo bem.

Em relação ao preço dos produtos inovadores pode-se observar que, no preço de um produto inovador, ou numa nova forma de produzir um bem existente, se inclui todos os custos de produção, podendo ser vendido a um valor mais elevado inicialmente, porém, essa fase não consegue manter-se por muito tempo, a partir do momento em que o produto torna-se massificado e os preços tendem a cair.

Em concordância com Schumpeter (1997), o processo de inovação pode-se observar através dos ciclos econômicos, flutuações das atividades econômicas no longo prazo, ou a sequência de um pico ao outro que são os pontos de inflexão, podendo ser definidas em quatro fases que são: i) boom, ii) recessão, iii) depressão; e, iv) Recuperação. Segundo Schumpeter (1997, p. 202).

O *boom* termina e a depressão começa após a passagem do tempo, que deve transcorrer antes que os produtos dos novos empreendimentos possam aparecer no mercado. E um novo Boom se sucede à depressão, quando o processo de reabsorção das inovações estiver terminado.

O *boom* começa a partir de um processo de inovação, sendo capaz de romper o fluxo circular e termina quando o processo de propagação da inovação se esgota, com a deflagração de um meio de deflação geral. Esse sistema dá início a uma crise que se transforma na depressão que absorverá as inovações eficientes gerando um novo ciclo de ascensão (SCHUMPETER, 1995, 1997).

2 - METODOLOGIA

Este trabalho foi construído por meio da compilação de dados secundários, o processo metodológico, se dá com base na observação desses dados, compilados por meio de estatística descritiva em gráficos e tabelas. Os dados são de fontes como: Instituto brasileiro de geografia e estatística (IBGE, 2016), Banco central (BACEN, 2016, 2017), Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2016); e, de muitos outros autores que já trataram desta problemática envolvendo crise, crescimento e desenvolvimento econômico para o Brasil e o Paraná.

3 - RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Política Econômica, Monetária e Fiscal do Brasil

Esta seção apresenta algumas ações adotadas pelo governo para estabelecer o crescimento diante a propagação da crise iniciada em 2008, onde a demanda e mobilização econômica dos países, com políticas econômicas eficazes para a proteção do produto nacional e manutenção da garantia do crédito e da liquidez.

Segundo relatório do Banco Central (Bacen 2016), em 2008 a minimização dos efeitos internacionais sobre a liquidez, confiança dos consumidores e substituição da escassez ao crédito internacional, se mantiveram sólidos com base no aprofundamento no mercado de crédito doméstico. A restrição de liquidez no segmento de bancos de pequeno e médio porte, fez com que o (Bacen) adotasse medidas para assegurar a estabilidade; como redução do recolhimento compulsório sobre o depósito bancário; autorização para utilizar cerca de 70% de seus recolhimentos compulsórios sobre

depósitos a prazo; para compra de direitos creditórios no mercado interbancário, com o intuito de diminuir o *spread* bancário, minimizar o custo ao crédito e garantir a liquidez.

Como apresentado na **tabela 1**, a expansão das operações de crédito no Sistema Financeiro Nacional (SFN), envolveu o segmento de recursos livres¹ e direcionados² ao longo de 2008 a 2015.

Tabela 1: Evolução do Crédito nacional, em R\$ bilhões, 2008-2015:

RECURSOS:	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Livres	871,2	954,5	1.116	1.304,8	1.399,2	1.506,8	1.577,2	1.637,5
Direcionados	356,1	459,8	589,8	725,2	969,2	1.204,6	1.440,3	1.582,5
Total:	1.227,3	1.414,3	1.705,8	2.030,1	2.368,4	2.711,4	3.017,50	3.219,5

Fonte: BACEN, (2016, 2017).

¹Operações formalizadas com taxas de juros livremente pactuadas entre os mutuários e as instituições financeiras, excluídas as operações de repasse do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ou quaisquer outras lastreadas em recursos compulsórios, ou governamentais.

²Créditos direcionados são aqueles destinados a determinados setores, ou atividades realizadas com recursos regulados em lei, ou normativo.

Em 2009 a variação nos recursos direcionados em relação a 2008, foi próximo a (29,12%) positivo; seguindo 2010 (65,63%); 2011 (103,65%); 2012 (172,17%); 2013 (238,28%); 2014 (304,47%); e, em 2015 alcançando (344,31%) com base em 2008. A atuação dos Bancos Públicos se tornaram mais frequentes em resposta à crise, no âmbito fiscal, o governo federal baseou-se em cinco principais frentes: i) expansão dos investimentos do PAC de 2007; ii) Programa Minha Casa Minha Vida subsidiada em grande medida pelo crédito habitacional direcionado; e, (BNDES) com R\$ 28 bilhões em subsídios e R\$60 bilhões em investimentos; iii) Plano Safra 2009-2010 com R\$107 bilhões; iv) manutenção e expansão dos programas sociais (bolsa família - R\$12 bilhões – e, reajuste do salário mínimo que injetou R\$20 bilhões na economia em 2009; e, v) redução de tributos: IRPF, IPI, IOF, PIS/COFINS (BACEN, 2016, 2017; PAC I; PAC II, 2016).

Como pode-se observar no período de 2008 á 2015, o crescimento do crédito de recursos direcionados, foram reflexo da atuação das instituições financeiras públicas na tentativa de políticas anticíclicas, o que de fato dever-se-ia ser feito segundo a teoria Keynesiana.

3.2 Comércio Exterior

Em função da forte oscilação dos preços das *commodities*³ nos últimos anos, trouxeram a economia diversos impactos nas receitas de exportação, dado o fato de que a participação relativa dos produtos não industriais na pauta de exportações brasileiras praticamente

dobrou – de acordo com o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), sendo de fundamental importância analisar, quais os efeitos dos preços das *commodities* sobre a economia brasileira?

Estes insumos, alimentam a indústria nacional, porém em sua maioria são destinados ao mercado internacional, a variação no preço das *commodities* não só afeta a balança comercial; pela grande representatividade nos produtos brasileiros exportados - como apresentado na **figura 1** - mais também os preços dos bens finais, taxa de câmbio, a renda nacional, demanda agregada e conseqüentemente variações inflacionárias.

Figura 1 - Exportações de produtos de commodities do Brasil, em percentual - 2016:

³**Commodities** são mercadoria e produtos de baixo valor agregado e trabalho industrial, dividido Entre agrícolas, metais e Energia Fóssil.



Fonte: Adaptado de MIDIC, 2017; IBGE, 2016).

Em 2016 a receita pela exportação somou cerca de US\$185,2 bilhões, com superávit de US\$47,692 bilhões, o que segundo (MDIC-2016) passou a ser o maior superávit da História. Os impactos sobre a economia brasileira desde 2008, não foram maiores em decorrência do crescimento de seus principais aliados comerciais consumidores das *commodities* nacionais, e pelo país apresentar variedades na pauta exportadora, sendo a China o principal país consumidor em volume nos últimos anos.

Em 2011, a receita pelas exportações foram cerca de US\$256,0 bilhões, devido ao aumento do preço das *commodities* e do aumento na quantidade demandada pelos países aliados comerciais. O chamado *boom* das *commodities* começou em 2004, o Brasil conseguiu aproveitar a época de prosperidade usufruindo do acréscimo na quantidade demandada e preço, aproveitando-se do embalo de uma política de câmbio com Real desvalorizado. As exportações para a China aumentaram mais de 500% entre 2005 e 2011, o que contribuiu para o crescimento do PIB brasileiro, mesmo com a crise de 2008.

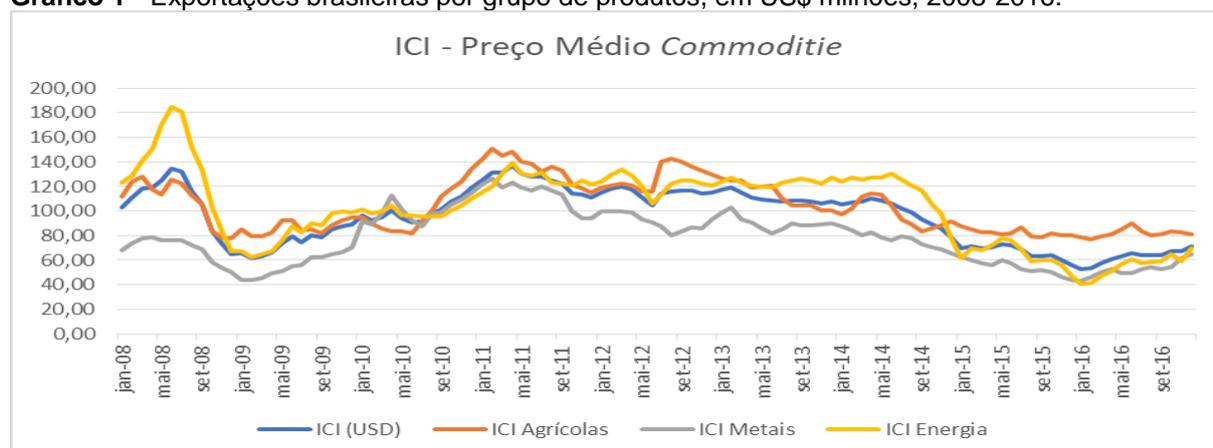
O ICI *commodities* é um indicador índice usado pelo Banco Itaú, composto pelas médias mensais dos

preços internacionais de dezesseis das principais *commodities*, ponderadas com base no valor global da produção de cada uma delas, sendo divididas em três grupos: agrícolas, metais e energia, como segue as dispersões no **gráfico 1**.

Analisando o **gráfico 1**, é notório a queda das médias ao fim de 2014, o que agravou o cenário de crescimento em 2015, queda dos preços implica em perdas da receita de exportação, diminuição das perspectivas pelos produtores, o que implica diretamente na quantidade de estoques em reserva e na perspectiva a ser produzida para o próximo ciclo. Se as quantidades de produtos diminuem os preços consequentemente aumentam, pelo princípio da escassez, tratando-se de *commodities* insumos, resultaram no acréscimo, ou inflação de preços para os bens finais da economia doméstica.

As exportações brasileiras contribuíram para que os impactos da crise de 2008 fossem amenizados; o crescimento se manteve mediante grandes receitas até o fim de 2014; porém, as mudanças estruturais em alguns dos principais países demandantes de matéria prima, afetaram negativamente a quantidade demandada e consequentemente os preços finais praticados.

Gráfico 1 - Exportações brasileiras por grupo de produtos, em US\$ milhões, 2008-2016:



Fonte: Adaptado de ITAÚ e MIDIC (2017).

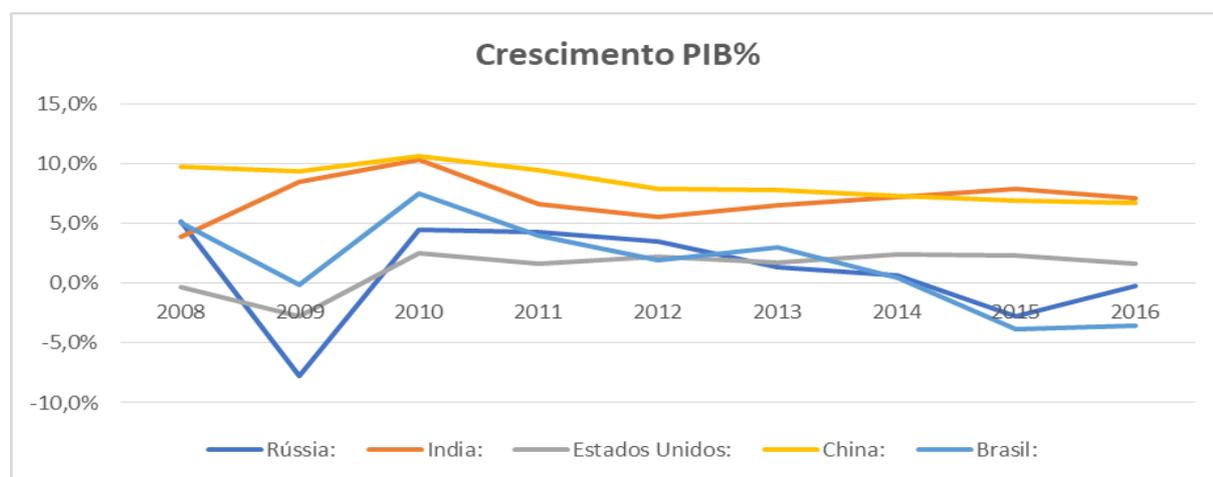
A sobrevalorização do Real diante do Dólar, até o final de 2015, foi um artifício para assegurar o nível de renda aos produtores, estados como o Paraná que tem seu PIB (22%), fortemente baseado no agronegócio estiveram favorecidos, com os produtores incorporando maior volume de renda.

3.3 Crescimento Econômico

O crescimento nos últimos anos se manteve, como apresentado na primeira seção, sob auxílio e ação governamental

direta, com intuito a garantia de crédito e liquidez; porém, este modelo não apresentou consistência ao fim de 2013 e início de 2014 como apresentado. O desempenho do crescimento global vem apresentando quedas nos últimos sete anos, em 2010 a variação de crescimento mundial foi de 4,37%, já em 2016 apresentou 2,43% dados do Banco Mundial. Como apresentado no gráfico 2, a comparação de crescimento do Brasil e alguns países.

Gráfico 2 – Comparação do crescimento brasileiro com países concorrentes, 2008-2016:



Fonte: Adaptado de worldbanck e MIDIC, (2017).

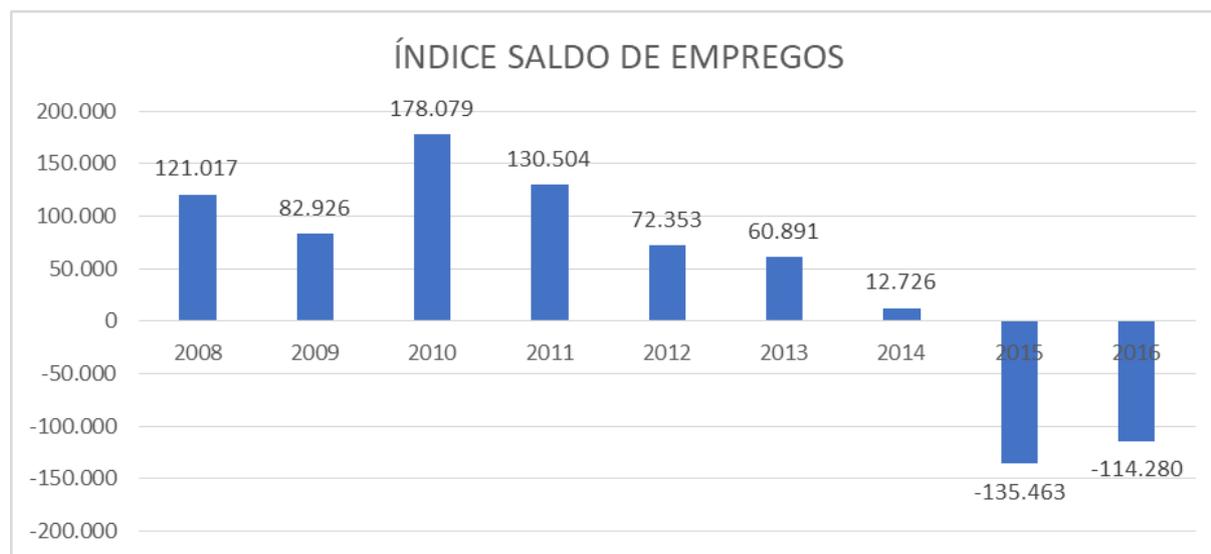
Como apresentado no gráfico 2, o impacto nas demais economias globais,

sendo em um primeiro instante demonstrado em 2009, em quem nota-se

a ligeira queda no crescimento: Federação Russa (-7,8%), Estados Unidos (-2,8%), Brasil (-0,1%), Índia (8,5%), China (9,4%), já em 2016, Federação Russa (-0,2%), Estados Unidos (1,6%), Brasil (-3,6%), Índia (7,1%); e, China (6,7%).

Em 2010 a economia brasileira, com medidas de indução governamental obteve seus melhores resultados da última década, com variação de crescimento no PIB, segundo dados do IBGE, de 7,5%, dada a taxa básica de juros SELIC de 10,75% ao ano e com IPCA referente ao mês de dezembro de 5,91%. Porém, em 2015, a economia apresenta estagnação e recessão, com que incharam o orçamento, destes dois últimos anos, alcançando déficit de 90 bi ao final de 2016.

Gráfico 3 – Evolução do Crescimento brasileiro em emprego e desemprego, 2008-2016:



Fonte: Adaptado de BACEN e MTE (2017).

As evoluções da taxa básica de juros contribuíram para o encarecimento do crédito, com custo de capital mais caro e alta taxa de desemprego, criam-se acumulação de estoques não planejados, forçando os empresários a reduzirem suas capacidades produtivas, gerando

decréscimo de (-3,8%), com IPCA acumulado de 10,67% para dezembro, e taxa básica de juros de 14,25% ao ano.

Os sinais negativos podem ser observados também pelo saldo de empregos, que apresenta certa correlação com o crescimento. Como apresentados no **gráfico 3**, no decorrer de 2010 à 2016, as perdas dos postos de trabalho foram resultantes direto do mau desempenho do crescimento e desenvolvimento da economia brasileira. A crise alcançou proporções, onde crise política e crise econômica se acoplaram e se autoalimentaram, infladas pelas pautas bombas

capacidade ociosa, de maneira que minimize os custos de produção. Por um lado, tem-se empresários com intuito de minimizar custos para manter preços competitivos no mercado, utilizando-se da mobilização e diminuição de seus fatores de capital; e, por outro, aumenta a taxa de

desempregados, o que contribuiu para a diminuição da demanda agregada levando a endividamento das famílias. Saídas para a crise, ninguém vislumbra, visto que o novo governo, a cada mês enfrenta uma nova denúncia em seu alto escalão e do próprio presidente Michel Temer, de tal sorte que a vida do governo e da população é viver, um dia após outro, sem um plano que contemple a inclusão dos que perderam seus postos de trabalho.

4 - IMPACTOS DA CRISE NO CRESCIMENTO PARA ECONOMIA PARANAENSE

Apresenta-se nesta seção, algumas medidas do governo para garantia do crescimento econômico, dos setores agrícolas e de infraestrutura, que obtiveram resultados no estado do Paraná. Criado em 2007 com duração a 2010, o plano de aceleração do crescimento visava em suma, planos estratégicos de curto e longo prazo, para o desenvolvimento da economia brasileira, mediante incentivos governamentais intervencionistas via crédito facilitado, taxa de juros, projetos de infraestrutura e habitacional. Estas medidas foram decisivas para o enfrentamento da crise norte americana de 2008 em diante, o que garantiu crescimento e sustentabilidade das atividades econômicas do país. Na economia paranaense, teve-se papel fundamental garantindo-se o crescimento econômico, havendo repasses federais de cerca de 33,7 bilhões, distribuídas entre ações de melhoramento da logística, distribuição e produção energética; e, social urbana (PAC I e PAC II, 2016).

No referente ao plano estratégico de logística, o estado passou a contar com melhorias e ampliações das rodovias, ferrovias e hidrovias, para o melhor

escoamento dos produtos aos portos de embarque e desembarque; aumentando a mobilidade da produção agrícola e industrial; o que beneficiou o consumo interno; e, as exportações pela mobilidade ao Porto de Paranaguá (IPARDES (a), 2016).

Outra importante medida foi o aumento do subsídio ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), garantindo crédito para o produtor rural e estimulando o mesmo a produção agrícola mediante subsídio de fácil acesso, a taxa de juros reduzidas, assegurando o desenvolvimento agrário no Paraná. O processo iniciado em 2003, só naquele ano foram contratados cerca de 101.616 novos contratos, o que rendeu cerca de 304,9 milhões ao estado; já no período de 2009/2010, momento crucial da crise mundial, foram efetuados cerca de 117.829 novos contratos, rendendo aproximadamente R\$ 1.317,490 direcionados a indução da economia do estado (IPARDES (a); (IPARDES (b), 2016; FAEP, 2017).

4.1 A Indústria e o Emprego na Economia Paranaense

Na economia paranaense, os efeitos da crise afetaram principalmente as empresas destinadas à exportação, sendo setores como indústria e transformação de bens, comércio e serviços segmentos que sentiram com maior peso os efeitos negativos. O que por sua vez, fez com que os investimentos de curto prazo fossem adiados, resultando na diminuição da produção, pelo acúmulo de estoques nas firmas e na demissão de significativa parte da massa de trabalhadores desses segmentos.

Segundo os dados Iparde (2016a), a indústria da transformação é composta pela produção de diversos produtos como: Alimentos que somam cerca 24,2%; Veículos automotores que contribui com cerca de 17,1%; Refino de Petróleo e produção de Álcool 9,4%; Máquinas e Equipamentos 4,7%; produção de Papel e Celulose em 4,4%; produtos Químicos 4,6%; e, outros com cerca de 35,4%; que juntos totalizam o desempenho do setor industrial. Conforme apresentado na **tabela 2**, é possível observar, os impactos no mercado de trabalho paranaense, sendo observados os períodos de 2008 á 2016.

Em relação a **tabela 2**, a indústria de transformação vem sofrendo turbulências nos últimos períodos, tanto no nível de exportação como no consumo nacional de produtos industrializados como: veículos automotores, máquinas e equipamentos bens de capital que seriam

motivadas pela escassez; e, custo alto do crédito tanto para consumo, como para investimento; porém, o aumento no desemprego vem demonstrando menor ritmo, como observado na **tabela 2** para os períodos de 2015 á 2016; e, espera-se que haja reversão até o fim do período de 2017.

Tabela 2 – Crise e mercado de trabalho industrial paranaense, números absolutos, 2008-2016:

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Indústria	22.765	12.993	41.116	23.691	12.093	12.831	-8.894	-	-
Transformação	21.797	12.829	40.119	21.645	11.310	12.434	-8.927	-	-
Comércio	33.067	22.775	36.110	30.521	25.935	25.873	12.260	-	-7.810
Serviço	35.686	27.377	49.791	47.793	31.959	36.368	29.389	-4.659	-
								46.597	24.478
								46.323	23.901
								13.044	-
								-	11.824

Fonte: Adaptado de IPARDES (b), (2016); MTE, (2017).

A crise mostrou seu impacto em todos os setores observados, para a economia paranaense, de forma mais pesada para a indústria. Um forte reflexo da crise nacional, do endividamento das famílias, reforçada pela redução dos postos de trabalho; das políticas de arrocho ao crédito e das elevadíssimas taxas de juros, que penalizaram o consumo e levaram a falência boa parte

das micro e pequenas empresas no Paraná e no Brasil.

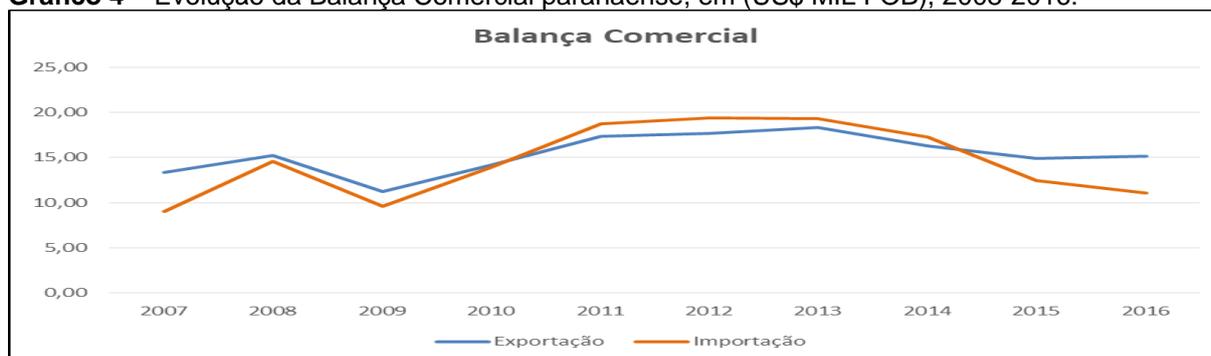
4.2 Importação e Exportação na Economia Paranaense

Nos últimos anos a balança comercial do estado vem sofrendo com oscilações e perdas, devido a diminuição da demanda dos principais países como China, Argentina e Estados Unidos. Como

apresentado no **gráfico 4**, é possível observar o comportamento dos últimos anos da balança comercial do estado, tendo atualmente obtido valores positivos, decorridos da queda de importação de bens de capital e insumos, devido ao desaquecimento do consumo do mercado

interno. Por exemplo, no consumo ao setor automotivo, e pela sobrevalorização do dólar, o que fez com que os custo de insumos e de produção sofressem reajustes, encarecendo o bem e dificultando as importações.

Gráfico 4 – Evolução da Balança Comercial paranaense, em (US\$ MIL FOB), 2008-2016:



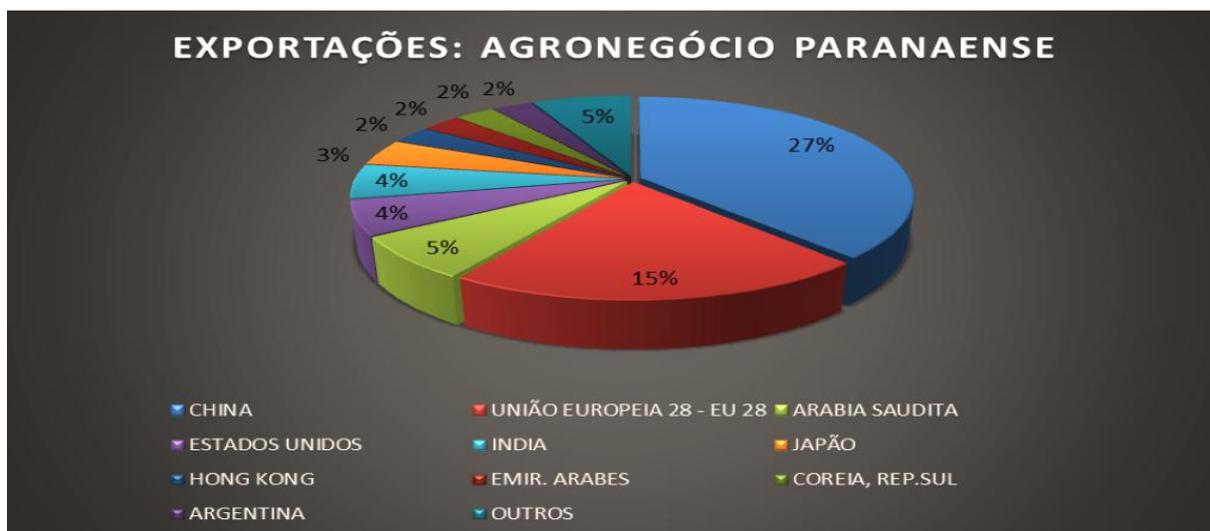
Fonte: Adaptado de IPARDES (c), (2016); MIDIC, (2017).

Em 2015, o valor exportado pelo agronegócio obteve representação de 78% do valor total das exportações, o que segundo dados do Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, o ano foi marcado pela maior participação deste setor, já registrada desde 2000.

No estado atualmente os principais produtos exportados, responsáveis pelo saldo positivo da balança comercial são as *commodities* como: Complexo Soja responsável por cerca de 29,7%; complexo Carnes respondendo por 17,4%; Açúcar 6,3%; Madeiras e Manufaturas do setor madeireiro 6,0%; Papel e Celulose 5,7%;

entre outros (34,9). Sendo que os principais destinos desses produtos são países como: China, Argentina, Estados Unidos como apresentado no gráfico 5. Constituindo as importações estão os Produtos Químicos 27,7%; Material de Transporte e componentes 15,2%; Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos 13,1%; Petróleo e derivados 11,4%; Matérias elétricos e eletrônicos 6,7%; entre outros (25,9). Entretanto, a crise de emprego, renda e consumo, tem reduzido o volume produtivo das empresas, que se utilizam destes produtos como insumo, razão pela qual o volume de importações tem diminuído.

Gráfico 5 – Os compradores do agronegócio paranaense, 2016:



Fonte: Adaptado de IPARDES (c), (2016); FAEP, (2017).

Atualmente a economia Chinesa nos últimos anos vem sofrendo mudanças estruturais em sua conjuntura, as últimas medidas políticas, tem como objetivo passar o atual modelo dependente de investimento, para outro baseado em consumo. Apoiando o crescimento no desenvolvimento de infraestruturas, com barateamento ao crédito imobiliário. Essas mudanças podem trazer consigo especulação por parte dos investidores no futuro, em decorrência da não premeditação do objetivo claro da economia chinesa, o que consequentemente se diluirá pela

economia global, afetando o fluxo de comércio entre as nações. O fato é que a China vem sustentando altas taxas de crescimento, embora o ambiente mundial seja de crise, uma prova essa de que um planejamento de longo prazo, independente de mudança de governo, para uma coordenação afinada e direcionada a determinados objetivos, como a valorização da educação, pode sim fazer a diferença e alavancar o processo de crescimento e desenvolvimento, deixando de torná-lo um voo cego.

4.3 Finanças e a Economia Paranaense

A situação financeira do estado nos últimos períodos vem deparando-se com variações de significativa amplitude no que se refere a receita estadual, demonstrando as consequências da estagnação do crescimento brasileiro no estado paranaense.

Como observado na **tabela 3**, as transferências correntes do estado em relação a receita tributária demonstram queda, em decorrência em queda da atividade econômica e da retração mediante a conjuntura instável de investimento e crescimento do país, sendo não mais agudo em consequência do saldo positivos da balança comercial.

Tabela 3 – Razão Transferências correntes e Receita Tributária, quociente 2008-2016:

OCORRÊNCIAS	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
-------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

Transferências correntes do estado/Receita Tributária	1,52	1,42	1,36	1,31	1,22	1,08	1,05	1,12	1,08
Transferências correntes Da União/Receita Tributária	2,09	1,91	1,76	1,74	1,57	1,43	1,39	1,31	1,38

Fonte: Adaptado de IPARDES 2016-2017.

Ao que cabe as transferências correntes da união, nota-se queda ao longo do período no quociente em relação a receita tributária, o que seria reflexo dos resultados negativos do crescimento brasileiro, por um lado tem-se a queda da atividade industrial, e por outro, o aumento da taxa básica Selic que pressiona para o incremento positivo da dívida ativa do governo, mediante pagamento da remuneração de títulos públicos, tornando ainda mais escasso e limitado os recursos e ações do governo.

Segundo dados do IparDES, a receita tributária total referente ao imposto sobre a circulação de mercadorias e

serviços ICMS, como apresentados na **tabela 4**, apresenta ao longo da série tendência ascendente o que em teoria, contribui para o crescimento da receita estatal. Em termos de variação de produto e crescimento, no que se refere ao pós 2008, o estado apresenta tendência positiva em meio a estagnação da economia brasileira, mesmo com variação menores em relação aos resultados anteriores, resultado este em que cresce a taxas menores, consequência do mau desempenho de alguns setores em específico, a indústria da transformação, entre outros.

Tabela 4 – Receita Tributária ICMS, R\$ bilhões, 2008-2016:

Receita	2	2	2	2	2	2	2	2	2
ICMS	0	0	0	0	0	0	0	0	0
M	0	0	1	1	1	1	1	1	1
S	8	9	0	1	2	3	4	5	6
	1	1	1	1	1	2	2	2	2
	1,	2,	3,	5,	7,	0,	2,	4,	5,
	6	1	6	6	5	4	5	5	9
		4	0	2	6	2	2	8	0

Fonte: Adaptado de IPARDES 2016-2017.

Como apresentado na **tabela 4**, a variação no montante referente a receita ICMS demonstra aumento, contribuindo também para o acréscimo na receita no

cofres públicos do estado paranaense, em tese setores como educação e saúde, não se explica porque estarem sendo duramente penalizados diante dos avanços da arrecadação. Entendendo-se, que educação não é gasto, mas investimentos para assegurar o processo de desenvolvimento e melhoria competitiva regional no longo prazo. A penalização da educação tende a ser o mais grave equívoco, em termos de estratégias de crescimento em longo prazo. Já está mais que provado, que é necessário dotar a população de conhecimentos técnicos crescentes, e de que é o capital humano, preparado nos bancos das escolas que promovem o crescimento empresarial e o desenvolvimento de qualquer território, vis a vis o exemplo chinês, que nos anos 90

elegeu a educação como prioridade; e, que de lá para cá cresce a largos passos à frente dos Estados Unidos da América.

4.3.1 – O Produto Interno Bruto Paranaense

Segundo dados do IparDES, no período que se refere de 2008 à 2016, o estado paranaense demonstrou queda da variação de crescimento no produto interno bruto, considerando preços correntes, como apresentados na **tabela 5**.

Tabela 5 – Variação de crescimento do PIB, em percentuais, 2008-2016:

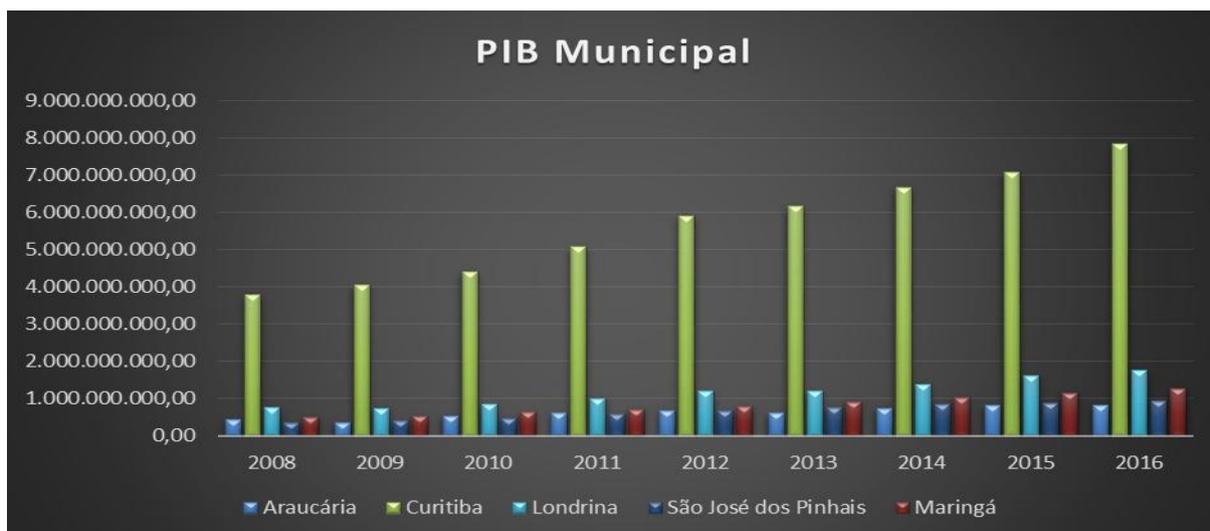
	PIB/Preços correntes Paraná	Variação real anual (%)	PIB/Preços correntes Brasil	Variação real anual (%)
2008	185.684	4,0	3.109.803	5,1
2009	196.676	-1,7	3.333.039	-0,1
2010	225.205	9,9	3.885.847	7,5
2011	257.122	4,6	4.376.382	4,0
2012	285.620	0,0	4.814.760	1,9
2013	333.481	5,5	5.331.619	3,0
2014	348.084	-1,5	5.778.953	0,5
2015	365.881	-3,3	6.000.570	-3,8
2016	386.957	-2,4	6.266.896	-3,6

Fonte: Adaptado de IPARDES 2016-2017.

É possível observar um certo grau de covariância entre suas variações, em sua maioria quando a variação percentual do crescimento para o país é positiva, a variação percentual do estado também aumenta e vice-versa. Com a recessão do crescimento do país, o nível de renda e a demanda agregada, sofrem alterações, sendo impactadas negativamente, havendo menor renda para consumo,

Gráfico 5 – Distribuição PIB para os cinco municípios mais importantes da economia paranaense, R\$ bilhões, 2008-2016:

menor será a proporção para transações comerciais domésticas dadas a elevadas taxas de juros e a especulação pelo risco sistêmico em ascensão.



Fonte: Adaptado de IPARDES 2016-2017.

Analisando o **gráfico 5**, identifica-se a distribuição/participação de algumas das cidades que possuem maior peso na composição e participação do PIB estadual. A metodologia aplicada para escolha dos municípios utilizou-se do cálculo do desvio padrão do PIB de todos os municípios referentes à 2016, a partir deste ponto, os municípios apresentados são maiores que 1,5 vezes o valor do desvio padrão, que foi de R\$ 419.880.198,84.

Como apresentado no **gráfico 5**, a linha de tendência aponta ao crescimento, tendo queda do ritmo para alguns municípios no período de 2012 á 2013, sendo retomado em 2014. A economia paranaense demonstrou solidez com baixa volatilidade, ao nível macro, o estado entre outros, em termos de crescimento apresentou melhora de seus indicadores de 2015 á 2016, apresentando crescimento a taxa decrescente; diante da perspectiva de pequena variação de crescimento para o país em 2017, resultaram também em melhores resultados para o estado paranaense.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusão do trabalho, aponta para a importância da presença do estado com papel fundamental para o direcionamento ao crescimento econômico; e, teve papel crucial para minimização dos impactos vindos do exterior, na tentativa da diminuição da dependência externa, mediante o aquecimento da demanda agregada. Porém, as empresas não se desenvolveram de acordo com o esperado, mediante a concessão de incentivos fiscais, para que se mantivesse o crescimento de antes da crise.

Os impactos sobre a economia brasileira em 2008, não foram piores em decorrência do crescimento de seus principais aliados comerciais e consumidores das *commodities* nacionais, sendo a China o principal país consumidor, em volume nos últimos anos. Porém, atualmente a economia Chinesa vem passando por mudanças estruturais em sua conjuntura; as últimas medidas políticas têm como objetivo vencer o modelo dependente de investimentos externos, para outro baseado no dinamismo do consumo interno, o que

poderá trazer riscos para a economia brasileira e paranaense, na medida em que o dinamismo chinês ofereça as respostas esperadas criando-se as condições de suprimento de seu mercado interno.

A noção que se tem, resultante da pesquisa é de que, as instituições não estavam preparadas para manterem o ciclo, apresentado no período de 2008 á 2010, tanto pelo lado habitual dos consumidores, quanto pelo organizacional das empresas. Estes fatos se alicerçam, pelo aumento da inadimplência das famílias nos últimos anos; e, segundo pela falta de resposta do mercado em função da rigidez de oferta diante dos incentivos de desoneração recebidos. O crescimento somente se sustenta pelo aprendizado, inovação, conflitos e evolução das instituições, pela maturação dos hábitos de investimento e consumo de todos os atores sociais, consolidados pelos avanços educacionais, de aprendizado e inovação presente no dia a dia das empresas em determinado território.

Em geral, o estado cumpriu com seu dever de provedor e indutor ao crescimento, favorecendo a conjuntura, com crédito e investimento. Porém, a estrutura econômica brasileira apresentou deficiência, quando o crescimento passa a depender enfaticamente do mercado interno, apresentando-se insustentável ao fim de 2014 e somando-se a isso a forte desvalorização das *commodities*. Além do que, a dura política econômica contracionista imposta para o controle de inflação; também são fortes influenciadores da queda do crescimento; resultantes em especulação interna e externa; o que interfere, diretamente nos investimentos e retarda a retração da crise.

Atualmente o que se vê, são políticas contracionistas fortemente favoráveis a um ambiente de prolongamento da crise. Colada com esses fatores a crise política que se avolumou em 2015 e 2016, não deixou espaço, nem para seguir um antigo planejamento, nem para reestruturar um novo caminho, já que a vida passou a ser um dia após o outro; e, o embaraço político ganhou notoriedade à frente das questões econômicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACEN - Banco Central do Brasil, *Investimento Estrangeiro Direto – Matriz país x setor*, <http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/n/SERIESTEMPORAIS>, Acesso: 11/10/2016.

BACEN - Banco Central do Brasil, *Relatório de Economia Bancária e Crédito*, <https://www.bcb.gov.br/?SPREAD>, Acesso: 10 de Abril de 2017.

FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná. *Commodities, Indicadores Econômicos*<<http://www.sistemafaep.org.br/faep>>, Acesso: 20 de Julho de 2017.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, *Séries Históricas e Estatísticas*, Produto interno Bruto (PIB) http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=1&no=1&nome=brasil, Acesso: 09 de Outubro de 2016.

IPARDES (a) - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, *Paraná em Números, Atividades Econômicas*, http://www.ipardes.pr.gov.br/pr_numeros/index_pr_numeros_pt.htm, Acesso: 15 de Dezembro de 2016.

IPARDES (b) - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, *Paraná em Números, Mercado de*

Trabalho,
http://www.ipardes.pr.gov.br/pdf/indices/emprego_formal.pdf, Acesso: 20 de Dezembro de 2016.

IPARDES (c) - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, *Indicadores, Econômicos, Setor Externo*, http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&sistemas=1&cod_sistema=5&grupo_indic=1, Acesso: 21 de Dezembro de 2016.

ITAÚ - *Análises Econômicas, Séries ICI Commodities*,
<<https://www.itaubba.com.br/itaubba-pt/analises-economicas/nossas-series-economicas/ici-commodities>>, Acesso: 15 de Junho de 2017.

KEYNES, John Maynard. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1992.

MIDIC - Ministério de Desenvolvimento de Indústria e Comércio. *Comércio exterior – exportações 2016 e 2017*; Visto em: <http://www.mdic.gov.br> Acesso: 10 de Julho de 2017.

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego. *Evolução de Emprego do CAGED – EEC*, <<http://bi.mte.gov.br/eec/pages/consultas/evolucaoEmprego/consultaEvolucaoEmprego.xhtml#relatorioSetor>>, Acesso: 20 de Maio de 2017.

PAC I - Plano de Aceleração do Crescimento. *Relatório sobre o PAC I*. <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>, Acesso: de dezembro de 2016.

PAC II - Plano de Aceleração do Crescimento. *Publicações Nacionais, 11º Balanço Completo do PAC – 4 Anos (2007 a 2010)*, <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/publicacoesnacionais?ano=2010&keyword=>, Acesso: 12 de dezembro de 2016.

SCHUMPETER, Joseph Alois. *Teoria do Desenvolvimento Econômico, uma investigação sobre Lucros, Capital,*

Crédito, Juro e o Ciclo Econômico. Introdução de Rubens Vaz da Costa; tradução de Maria Silvia Possas. São Paulo; Nova Cultural, 1985 – 2ª Ed.

SCHUMPETER, Joseph Alois. *Teoria do Desenvolvimento Econômico, uma investigação sobre Lucros, Capital, Crédito, Juro e o Ciclo Econômico*. Disponibilizado por Ronaldo Dart Veiga; tradução de Maria Silvia Possas. São Paulo; Nova Cultural, 1997.

WORLDBANK. *Indicators, Economy & Growth*.

<http://data.worldbank.org/indicator>, Acesso: 13 de Maio de 2017.